

MERCADOS

Bolsa volta a subir e fecha em alta de 0,56%, aos 137,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) interrompeu ontem, sequência de quatro perdas ao avançar 0,56%, aos 137.546,26 pontos, com giro a R\$ 21,8 bilhões na sessão, em que oscilou dos 136.174,84 aos 137.672,31 pontos, saindo de abertura aos 136.786,75. Ontem o Ibovespa (Índice Bovespa) inverteu o comportamento do dia anterior, contando com o apoio da maioria dos bancos (exceção ainda para Itaú PN -0,32%), mas sem o das commodities (Vale ON -0,06%; Petrobras ON +0,37%, PN -0,26%), que na segunda-feira passada haviam sido decisivas para mitigar as perdas do índice da B3. Santander fechou em alta (Unit +0,75%), em dia positivo também para Bradesco (ON +1,21%, PN +1,73%).

Na ponta de ganhos, destaque em geral também para ações do ciclo doméstico: Magazine Luiza (+7,44%), Cosan (+6,09%), Natura (+5,18%), Yduqs (+5,05%) e São Martinho (+5,01%). No lado oposto, JBS (-3,38%), Rede D'Or (-3,04%), Minerva (-1,56%), RD Saúde (-1,39%) e Braskem (-1,23%). Na semana e no mês, o Ibovespa avança 0,38%, colocando a alta do ano a 14,35%.

Pontualmente, o Ibovespa chegou a mostrar um padrão

mais acomodado em direção à hora final, com o mercado atento a declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele indicou que haverá uma nova rodada de reuniões com líderes parlamentares, neste domingo - o que esvaziou a expectativa de que a proposta para desbloquear o impasse sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pudesse ser encaminhada pela equipe econômica até a sexta-feira.

DÓLAR

A expectativa por medidas estruturais que ajustem as contas públicas, como alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), deu fôlego ao real na sessão de ontem. Apesar de certa frustração com declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que não trouxe detalhes sobre o plano fiscal, o dólar fechou em queda de 0,7%, a R\$ 5,6358, na contramão do comportamento da moeda norte-americana no exterior.

Em paralelo a sucessivas máximas do Ibovespa, o dólar à saúde operou pontualmente abaixo de R\$ 5,63, com mínima a R\$ 5,6252. Após a fala de Haddad, a divisa chegou a tocar R\$ 5,64, mas encerrou o dia na casa de R\$ 5,63.

IMPOSTO

Alternativas ao IOF vão para o Congresso na próxima semana

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As propostas para compensar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) serão encaminhadas ao Congresso na próxima semana, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Acompanhado do vice-presidente, Geraldo Alckmin, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente da Câmara, Hugo Motta, Haddad deu entrevista após almoço no Palácio da Alvorada.

Segundo Haddad, o desenho final das propostas será apresentado aos líderes partidários no próximo domingo, em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, antes de ser divulgado para a imprensa. Mais cedo, o ministro tinha dito que o pacote para compensar a alta do IOF incluirá uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei e "provavelmente" uma medida provisória.

Após o almoço, que reuniu o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Alckmin, ministros, parlamentares governistas e os presidentes da Câmara e do Senado, o ministro disse haver um alinhamento entre o governo e os parlamentares da base aliada sobre as ações para compensar a elevação do IOF.

"Houve um alinhamento muito grande em relação aos parâmetros dessas medidas. Há um compromisso de não anunciar antes de qualquer reunião dos líderes. Nem parcialmente, em respeito ao Congresso, que é quem vai dar a última palavra", disse Haddad.

O ministro explicou que as medidas serão concluídas até o início da próxima semana pelos técnicos da equipe econômica.

"Faremos até o começo da semana que vem, no mais tardar, uma convocação para que a equipe técnica dos ministérios da área econômica venha a Brasília para apresentar a formulação mais concreta e o impacto [fiscal] das medidas. A partir da

semana que vem vamos encaminhar para obter êxito na maioria da casa para a aprovação", acrescentou.

REVISÃO DO DECRETO

Segundo o ministro, parte do decreto que elevou as alíquotas de IOF pode ser revista. Isso porque, somente após o desenho final das medidas, o governo saberá o quanto arrecadará para poder compensar a alta do IOF anunciada há duas semanas, sem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o arcabouço fiscal.

"Preciso de pelo menos parte das medidas para rever o decreto. Tenho a Lei de Responsabilidade Fiscal, o arcabouço [fiscal], uma série de constrangimentos legais que me impõem uma obrigação que tenho que cumprir. No que diz respeito ao ano que vem, temos liberdade. No que diz respeito a esse ano, preciso aguardar uma reunião com os líderes para uma definição definitiva", justificou.

MOTTA E ALCOLUMBRE

Sem dar detalhes sobre as medidas em discussão, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse que há sintonia entre o Executivo e o Legislativo sobre o assunto.

"O que mais me animou foi o sentimento da reunião, todos preocupados com o país", afirmou ele, que reiterou que o governo e o Congresso estão discutindo medidas "abrangentes e estruturantes", que pretendem resolver os problemas das contas públicas em 2025 e nos anos seguintes.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou que o governo conseguiu estabelecer um canal de diálogo com o Congresso e se disse entusiasmado com o pacote.

"A quem interessa ficarmos no conflito? A quem interessa uma disputa entre Legislativo e Executivo?", questionou. "Estou entusiasmado. Vou socializar esse conjunto de sugestões que o Executivo está fazendo", acrescentou.

MONTADORAS

Vendas de veículos novos sobem 16,2% em maio, revela Fenabrave

EDUARDO LAGUNA/AE

As vendas de veículos zero quilômetro tiveram no mês passado crescimento de 16,2% na comparação com maio de 2024, quando o resultado foi prejudicado pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O Estado respondeu por 5% do mercado nacional.

Foi, até aqui, o maior volume mensal do ano, com 225,7 mil unidades vendidas, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. O balanço foi divulgado ontem, pela Fenabrave, a entidade que representa as concessionárias de automóveis.

O desempenho positivo

contou com um impulso das vendas diretas, canal de vendas a clientes frotistas, pelo qual foram vendidos mais de metade (52,6%) do total do mês passado. Conforme apurou o Grupo Estado, um a cada quatro carros vendidos no mês passado foi para locadoras de automóveis.

Na passagem de abril para maio, o crescimento foi de 8,2%, neste caso explicado também pelo calendário com um dia útil a mais do mês passado. Considerando a média diária, o ritmo de vendas, de 10,7 mil veículos por dia, mostrou uma alta mais tímida, de apenas 3%.

Agora, o setor apresenta

crescimento de 6,1% no acumulado desde o início do ano, somando 985,9 mil veículos de janeiro a maio. À espera do efeito dos juros altos e da desaceleração da atividade econômica, a previsão da Fenabrave é de crescimento menor, de 5%, nas compras de veículos novos no Brasil em 2025. No ano passado, o mercado de veículos novos teve alta de 14%.

O resultado do mês passado foi considerado positivo, mas o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior, manifestou preocupação com o impacto nos próximos meses não apenas da alta dos juros, mas também da elevação do Imposto sobre Opera-

ções Financeiras (IOF).

A entidade reafirmou nesta terça que pode rever seus prognósticos no mês que vem, após o fechamento do balanço de junho.

"O mercado cresceu, em maio, muito por conta dos faturamentos diretos, de empresas que estão em processo de renovação de suas frotas. Já o varejo vem sofrendo retração do ticket médio dos financiamentos, mostrando que o consumidor está sentindo o impacto das taxas de juros e o recente aumento do IOF", comentou Arcelio Junior. "Estamos preocupados com os resultados dos próximos meses", acrescentou.

FRAUDE NO INSS

Justiça bloqueia R\$ 119 milhões de investigados

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que a Justiça Federal em Brasília proferiu novas decisões que determinaram o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os bloqueios foram determinados pela juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, e ocorreram em cinco ações protocoladas pela AGU.

Em cada processo, foram bloqueados R\$ 23,8 milhões em bens móveis, imóveis e ativos financeiros de oito empresas e nove pessoas físicas. Os sigilos bancário e fiscal também foram quebrados por determinação judicial.

De acordo com a AGU, há indícios de que as empresas

são suspeitas de atuarem como firmas de fechada para praticar os desvios ilegais contra os aposentados. Em troca de autorização para a realização dos descontos, as empresas pagaram propina para agentes públicos.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60 dirigentes. Por determinação da juíza, o caso foi fatiado em 15 ações para facilitar a análise dos pedidos.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados.

Nota**PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DO PRÉ-SAL É RECORDE**

A produção nacional de petróleo e gás natural atingiu, em abril deste ano, um volume recorde de 3,734 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) de petróleo e gás natural. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o volume é 0,5% maior que o registrado em março e 18,3% superior ao observado em abril de 2024. Considerando-se apenas o petróleo, a produção diária chegou a 2,895 milhões de barris em abril deste ano, ou seja, 0,4% acima de março deste ano e 16,4% a mais que em abril de 2024. Já a produção de gás natural chegou a 133,33 milhões de metros cúbicos por dia, superior em 0,8% ao mês anterior e em 25,6% ao mesmo período do ano passado.

J&F

Cade aprova compra da fatia da Paper Excellence

TALITA NASCIMENTO/AE

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a compra pela J&F da participação antes detida pela Paper Excellence na Eldorado Celulose. O acordo, que colocou fim a uma briga entre as partes que se estendia desde 2018,

foi firmado no mês passado.

A J&F realizou o pagamento à vista de R\$ 15 bilhões para adquirir a totalidade das ações da Eldorado Brasil Celulose detidas pela Paper Excellence.

A medida encerrou todas as ações judiciais e arbitrais em curso referentes ao caso, no Brasil e no exterior.

econômicos em combustível.

O presidente da Fenabrave, Arcelio Junior, pondera, no entanto, que o segmento começa a ser afetado pela redução de crédito. "Com o aumento da taxa Selic, os financiamentos ficaram mais difíceis para a maior parte dos compradores de motocicleta

de 100 a 250 cilindradas, que formam mais de 80% do mercado de duas rodas", comenta.

Nos cinco primeiros meses do ano, as vendas de motos tiveram alta de 10,8%, chegando a 849,9 mil unidades, número que supera o total de carros de passeio vendidos no mesmo período: 719,5 mil.

pra e venda e a transferência do controle acionário da Eldorado.

Várias decisões judiciais e arbitrais foram proferidas ao longo dos anos, com resultados diferentes.

A Paper Excellence buscou judicialmente a concretização da compra, enquanto a J&F tentou anular o acordo.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-ClaroRua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

IBGE

Produção industrial tem alta de 0,1% de março para abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

A produção industrial brasileira registrou crescimento de 0,1% na passagem de março para abril deste ano. É o que revela a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro. Essa é a quarta alta consecutiva do indicador, que acumula crescimento de 1,5% desde janeiro deste ano.

“Isso elimina a queda assinalada nos três últimos meses de 2024, os resultados negativos de dezembro, novembro e outubro que totalizaram naquela ocasião uma perda de 1%”, disse o pesquisador do IBGE André Macedo (foto).

Ele destacou, no entanto, que a alta de 1,5% acumulada em quatro meses foi puxada principalmente pelo aumento de 1,2% em março, porque nos demais meses a produção industrial teve resultados positivos muito próximos da estabilidade: 0,2% em janeiro, 0,1% em fevereiro e 0,1% em abril.

O indicador apresenta altas também no trimestre (0,5%), no acumulado do ano (1,4%) e no acumulado de 12 meses (2,4%). Na comparação com abril de

2024, no entanto, houve uma queda de 0,3%.

Segundo Macedo, o crescimento próximo da estabilidade apresentado pela indústria na passagem de março para abril (0,1%) pode ser explicado por fatores como um cenário de incerteza econômica e a alta taxa de juros básica (Selic).

“Por trás desse comportamento de menor intensidade da produção industrial há fatores que a gente já vem elencando há algum tempo. A taxa de juros em patamares mais elevados traz adiantamento nas decisões de consumo das famílias e adiamento nas decisões de investimentos por parte das empresas. E tem o ambiente de incerteza não só no mercado doméstico, mas também no ambiente internacional”, afirmou o pesquisador.

SETORES

Três das quatro grandes categorias econômicas da indústria apresentaram alta de março para abril: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (1,4%), bens intermediários, insumos

industrializados usados no setor produtivo (0,7%) e bens de consumo duráveis (0,4%). Apenas os bens de consumo semi e não duráveis tiveram queda (-1,9%).

Entre as 25 atividades da indústria, 13 tiveram alta, com destaque para indústrias extrativas (1%), bebidas (3,6%), veículos automotores, reboques e carrocerias (1%) e impressão e reprodução de gravações (11%). O item produtos químicos apresentou estabilidade.

Entre os 11 ramos da indústria em queda, os maiores recuos foram observados em produção, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,5%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-8,5%), celulose, papel e produtos de papel (-3,1%), máquinas e equipamentos (-1,4%), móveis (-3,7%), produtos diversos (-3,8%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,9%).

BENS DE CAPITAL

A produção da indústria de bens de capital cresceu 1,4% em abril ante março, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) ontem. Na comparação com abril de 2024, o indicador diminuiu 3,3%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). No acumulado em 12 meses, houve elevação de 8,3% na produção de bens de capital.

Em relação aos bens de consumo, a produção registrou queda de 1,6% na passagem de março para abril. Na comparação com abril de 2024, houve redução de 4,2%. No acumulado em 12 meses, a produção de bens de consumo subiu 2,4%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção aumentou 0,4% em abril ante março. Em relação a abril de 2024, houve aumento de 2,0%. Em 12 meses, a produção subiu 11,3%.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve queda de 1,9% na produção em abril ante março. Na comparação com abril do ano anterior, a produção caiu 5,4%. A taxa em 12 meses ficou positiva em 1,0%.

REVISÃO

O IBGE revisou o resultado da produção industrial em fevereiro ante janeiro, de uma estabilidade para alta de 0,1%. A taxa de janeiro ante dezembro saiu de aumento de 0,1% para elevação de 0,2%.



RECURSOS

Ibama terá R\$ 825,7 mi para combate ao desmatamento ilegal

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, o repasse de R\$ 825,7 milhões do Fundo Amazônia para reforçar as ações de fiscalização ambiental para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia executadas pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Os recursos deverão ser usados no prazo de 60 meses para modernizar a resposta ao desmatamento ilegal e aumentar a presença do Estado na Amazônia Legal. Entre as ações previstas, estão a compra de helicópteros de grande porte com proteção balística e de drones de alta tecnologia e a construção de bases aéreas e heliportos estratégicos na floresta.

O anúncio foi feito durante cerimônia no Palácio do Planalto, destacando ações do governo na área e em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado amanhã. Também participaram da cerimônia a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e os presidentes do Ibama, Rodrigo Agostinho, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. O BNDES é o responsável pela gestão dos recursos do fundo.

Na ocasião, Marina destacou que o repasse mostra a seriedade e o comprometimento do governo na luta contra o desmatamento ilegal. “O Fundo Amazônia é fruto do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. É resultado de doações realizadas a partir da redução do desmatamento que obtivemos no bioma. Neste governo, já evitamos lançar na atmosfera 450 milhões de toneladas de CO₂ (dióxido de carbono). Isso doou os recursos do Fundo Amazônia. Esse dinheiro volta agora volta ao Ibama para a compra de mais helicópteros, meios tecnológicos e serviços públicos com o objetivo de prevenir e combater incêndios e desmatamento”, disse Marina.

Na ocasião, o presidente Lula assinou decretos criando mais três unidades de conservação (UCs) federais: duas no Paraná e uma no Espírito Santo. Esta última é a Área de Proteção Ambiental (APA) da Foz do Rio Doce, que visa proteger o ecossistema da região costeira e marinha da região, afetada pelo rompimento da barragem do Fundão, em novembro de 2015, em Mariana (MG).

As medidas se inserem nas ações do governo relacionadas ao Dia do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. Com 45.417 hectares nos municípios capixabas de Linhares e Aracruz, a APA Foz do Rio Doce integra áreas terrestres e marinhas no bioma da Mata Atlântica. A unidade foi criada como parte do acordo judicial para reparar os danos causados à população pelo rompimento da barragem de Fundão.

A região da foz do Rio Doce, que abriga 255 espécies de aves, 47 de anfíbios, 54 de mamíferos e 54 de répteis, é a uni-

ca área continental de desova da tartaruga-de-couro no Brasil, espécie ameaçada de extinção, assim como ocorre com outras espécies marinhas na região, como o mero, a toninha e a tartaruga-cabeçuda.

Ao ler o decreto, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse que houve um trabalho cuidadoso da equipe na criação da APA e na recuperação da bacia do Rio Doce.

“Isso é para comemorar mesmo. Em Mariana, nós tivemos aquele terrível acontecimento, contaminando toda a foz do Rio Doce. Além do acordo que fizemos, no seu governo [do presidente Lula], para a recuperação da bacia [do Rio Doce], reposicionando o que seria uma grande injustiça”, afirmou Marina.

Em razão da sua relevância para o meio ambiente, a nova unidade está inserida em cinco planos de ação nacionais voltados para a conservação de espécies ameaçadas: PAN Tartarugas Marinhas, PAN Corais, PAN Cetáceos Marinhos, PAN Aves Marinhas e PAN Toninha.

SUSTENTABILIDADE

Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a nova APA permitirá que pescadores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas desenvolvam atividades sustentáveis enquanto protegem o ambiente marinho e o terrestre na região, palco de agregações reprodutivas de muitas espécies de peixes de elevada importância comercial.

“Como exemplo temos as garoupas e os badejos, além do robalo, encontrados ao longo dos recifes do banco dos Abrolhos e na região do Rio Doce. A área também abriga um dos maiores bancos camaroneiros do país, e a futura APA protegerá justamente o berçário desse importante recurso pesqueiro”, informou a pasta.

Já no Paraná, as duas reservas de proteção ambiental foram criadas no município de Pinhão: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Faxinal São Roque (com 1.231,50 hectares) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Faxinal Bom Retiro (com 1.576,54 hectares). O objetivo é preservar os remanescentes de florestas de araucárias na região, que também é rica em erva-mate e pinhão.

As reservas também permitirão assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida dos povos faxinalenses, comunidades tradicionais que criam animais soltos em terras coletivas, principalmente porcos, que constituem importante fonte de renda e alimentação.

Também foi assinado o decreto que trata da Estratégia e do Plano de Ação Nacionais de Biodiversidade, o decreto que institui a estratégia nacional para a conservação e o uso sustentável dos recifes de coral, decreto que dispõe sobre o programa de áreas protegidas da Amazônia e o que estabelece os limites do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, localizado na Serra do Mar.

Nota

LULA VÊ ALTA DE JUROS 'PRECIFICADA' E DIZ QUE EM BREVE BC DEVE PODER REDUZIR A SELIC

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, negou ontem, que tenha poupado a política monetária de críticas apenas porque o atual presidente da autarquia, Gabriel Galipolo, foi indicado por ele ao cargo. Em uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o petista disse que a elevação dos juros vista este ano estava “precificada”, e afirmou que em breve o BC deve poder reduzir a Selic. “O que nós estamos conscientes é de que a inflação está controlada, que começou a cair o preço dos alimentos, e eu acho que logo, logo o Banco Central vai tomar a atitude correta de começar a abaixar os juros”, disse Lula. “Os juros estão muito altos. Agora, é engraçado porque mesmo juros tanto altos, a economia continua a crescer.”

LICEU FRANCO-BRASILEIRO S/A

CNPJ Nº 33.547.449/0001-23

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13.06.2025 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras (Rio-RJ) às 11h, para ratificarem a Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30.04.2025, sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024; b) Deliberação sobre o resultado do exercício; c) Eleição e substituição da diretoria; d) Fixação dos honorários da diretoria, e) Assuntos gerais. RJ, 29.05.2025. A Diretoria.

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ Nº 12.501.467/0001-02

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 16/06/2025

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.501.467/0001-02 (“Unimed-Participações”), no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 13, b, do Estatuto Social, convoca os seus acionistas (“Acionistas”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 16 de junho de 2025 de forma presencial (“AGE”), na Rua do Ovidor nº 161, 10º andar, sala 2, Centro, Rio de Janeiro, (i) às 13:00 em 1ª (primeira) convocação, com a presença de, no mínimo, Acionistas que representem 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (ii) às 14:00 em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de acionistas; a fim de votar a seguinte Ordem do Dia, nos termos do Estatuto Social: (a) autorizar a alteração do endereço da sede social da Unimed Participações da Avenida Armando Lombardi, nº 1000, Bloco 01, Sala 225, CEP 22.640-000 para a Rua do Ovidor nº 161, 10º andar (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-030; (b) aprovar (i) a celebração de transação tributária com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) no âmbito da negociação de débitos fiscais e previdenciários, conforme proposta e requisitos constantes no requerimento SICAR nº 20240170578 (“Transação”); (ii) a dação em garantia do Hospital da Unimed-Rio, registrado sob a matrícula 334.208 no 9º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Imóvel”) à PGFN, com a finalidade de atender requisito da Transação, conforme exigido pela PGFN; e (iii) a venda das quotas da Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda., como parte da estratégia de desmobilização de ativos para cumprimento das obrigações atualmente existentes. As convocações ocorrerão por meio de publicação em jornal, nos moldes permitidos pelo art. 289, I da Lei nº 6.404/1977 (Lei das Sociedades por Ações). **Observações:** (1) No momento da votação dos itens, constantes da Ordem do Dia, serão apurados todos os votos a favor, votos contra e as abstenções; (2) A AGE será gravada e arquivada pelo prazo legal na sede da Unimed Participações. Rio de Janeiro, 2 de junho de 2025. Presidente do Conselho de Administração - Dr. Fernando César David Silva

NAMASTÉ GESTÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA

CNPJ Nº 45.582.862/0001-08 | NIRE Nº 33.2.1186825-3

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2025

I. Data, Hora e Local: No dia 02 de junho de 2025, às 14:00, reuniram-se os sócios da Namasté Gestão de Bens Próprios Ltda (“Sociedade”) em sua sede, localizada na Avenida José Bento Ribeiro Dantas, nº 8300, Lote 73, Quadra D, Arete Golf, Praia Rasa, Armação dos Búzios/RJ, CEP 28956-690. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos sócios, nos termos do art. 1.072, §2º do Código Civil (Lei 10.406/02). **Presentes:** Barrie David Lloyd Jones, brasileiro, nascido em 06/12/1952, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 013.757.077-52, portador da Cédula de Identidade civil RG 13453110-2, emitida pelo DE-TRAN RJ, residente e domiciliado na Avenida José Bento Ribeiro Dantas, 8300, Lote 73 Quadra D, Arete Golf, Praia Rasa, Armação dos Búzios, RJ - CEP 28956-690, e Marisa Andrea Alencar Chaves Lloyd Jones, brasileira, nascida em 24/08/1974, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF sob o nº 017.692.297-01, portadora da carteira nacional de habilitação nº 01259696836, órgão expedidor DE-TRAN - RJ, residente e domiciliada na Avenida José Bento Ribeiro Dantas, 8300, Lote 73 Quadra D, Arete Golf, Praia Rasa, Armação dos Búzios, RJ - CEP 28956-690. **III. Mesa:** Presidente: Barrie David Lloyd Jones; e Secretária: Marisa Andrea Alencar Chaves Lloyd Jones. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social e à estrutura patrimonial atual. **V. Deliberações:** Após análise da matéria constante da ordem do dia, os sócios, por unanimidade, deliberaram: (I) Aprovar a redução do capital social da Sociedade, com fundamento no art. 1.082, inciso II, do Código Civil, de R\$ 3.105.012,00 (três milhões cento e cinco mil e doze reais) para R\$ 2.553.012,00 (dois milhões quinhentos e cinquenta e três mil e doze reais), em razão de o capital atual revelar-se excessivo diante do objeto social e da atual estrutura operacional da empresa. (II) A redução será realizada mediante devolução do bem imóvel registrado sob a matrícula nº 20.121 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Macaé/RJ, correspondente ao imóvel situado na Rua E-13, nº 87, Loteamento Novo Horizonte, Macaé/RJ, avaliado contabilmente em R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais), o qual será restituído aos sócios Barrie David Lloyd Jones e Marisa Andrea Alencar Lloyd Jones, titulares de quotas proporcionais ao valor devolvido. (III) Nos termos do art. 1.084 do Código Civil, a presente redução de capital será objeto de publicação para resguardo de terceiros eventualmente interessados e somente será efetivada após o decurso do prazo legal de 90 (noventa) dias contados da última publicação, desde que não haja oposição de credores da Sociedade. **VI. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos sócios presentes. Armação dos Búzios/RJ, 02 de junho de 2025. Barrie David Lloyd Jones, CPF: 013.757.077-52 Marisa Andrea Alencar Chaves Lloyd Jones, CPF: 017.692.297-01

Diário do Acionista

Tels.: (21)

99122-4278

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio The Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

CRIME BÁRBARO

Adolescente confessa ter envenenado bolo que matou jovem

CAIO POSSATI/AE

Uma adolescente de 17 anos confessou ontem, ter colocado veneno no bolo que vitimou a jovem Ana Luiza de Oliveira Neves, da mesma idade, em Itapeperica da Serra, cidade da região metropolitana de São Paulo.

A vítima morreu no último domingo passado, por conta de uma intoxicação alimentar depois de comer o bolo de pote, que foi enviado para a sua casa no sábado passado. O doce estava acompanhado de um bilhete, com o seguinte recado: "Um mimo pra garota mais linda que eu já vi."

As motivações para o crime não foram informadas. A polícia também não deu detalhes sobre a identidade da suspeita. Por esse motivo, não foi possível localizar a sua defesa.

Ana Luiza chegou a passar por atendimento médico depois dos primeiros sintomas, mas teve alta hospitalar e faleceu no dia seguinte. A jovem foi velada e enterrada na manhã de ontem, no cemitério municipal Recanto do Silêncio.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP-SP), o caso é investigado

pela Delegacia de Itapeperica da Serra. "Segundo a Polícia Civil, a jovem foi ouvida e confessou ter colocado veneno em um bolo entregue à vítima", disse a SSP-SP.

"Doce não foi entregue por um motoboy"

O bolo foi fabricado pela loja Menina Truja, que foi às redes sociais esclarecer que o doce não foi entregue por um motoboy da empresa

"Uma pessoa adquiriu o produto na loja como se fosse para consumo próprio, levando este para outro lugar que ainda é desconhecido", publicou a loja.

"A pessoa não recebeu esse produto por meio dos nossos motoboys. Todos os nossos clientes sabem que recebem os produtos pelos nossos motoboys próprios", continuou a empresa.

Na segunda-feira passada, um outro vídeo também foi publicado pelo estabelecimento.

"Estamos contribuindo com a investigação e deixamos bem claro que não temos nenhum envolvimento com isso. Estamos aqui também prestando nossas condolências à família da vítima pelo ocorrido", disse uma das representantes do estabelecimento.

FUTURO

Encontro discute cidades inteligentes e sustentáveis

Começou ontem, no Expo Center Norte, em São Paulo, a 12ª edição do Smart City Business Brazil, um dos principais encontros da América Latina dedicados ao futuro das cidades. O evento de dois dias reúne gestores públicos, líderes empresariais e especialistas em inovação urbana.

São esperadas cerca de 5 mil pessoas para o encontro, além de 120 palestrantes e 300 debatedores nas reuniões estratégicas. O credenciamento *online* é aberto ao público e gratuito.

O Smart City Business é um espaço de conexão entre lideranças para criar soluções que

colocam pessoas e o planeta no centro do desenvolvimento sustentável, impulsionando inovação e transformação urbana.

"Ao todo, serão realizadas 24 reuniões estratégicas, 16 painéis temáticos, quatro plenárias, além de rodadas de negócios. Discussões sobre como as empresas públicas de TI devem se preparar para a inteligência artificial e a governança de dados, e como atrair novos investimentos para os municípios impactando positivamente o desenvolvimento econômico local serão apresentados nas reuniões estratégicas", informou a organização.

ALESP

Polícia investiga ameaças recebidas por deputadas

MARIA MAGNABOSCO/AE

No último sábado, todas as deputadas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) receberam e-mails contendo ameaças de morte e de estupro, além de injúrias raciais e conteúdo capacitista. Em nota conjunta, as parlamentares disseram que não serão silenciadas.

Parte das parlamentares da Alesp já havia sofrido ameaças similares, porém, segundo a nota, esta é a primeira vez que um ataque é direcionado a todas as mulheres da Casa. Segundo o texto, além das ameaças às mulheres da Assembleia, algumas mensagens ainda citavam algu-

mas deputadas individualmente pelo nome.

"Trata-se de uma nítida tentativa de silenciar mulheres em um ataque misógino, racista e capacitista em uma situação que, embora nos cause choque, infelizmente, é mais uma expressão de ódio e de violência a mulheres que buscamos ocupar espaços de poder na política de nosso país", disseram as deputadas.

"O e-mail é um ataque claro ao direito de mulheres exercerem seus espaços de poder na política institucional, um espaço já tão reduzido na Alesp, onde somos 24 em 94 deputados", disse a deputada estadual Andréa Werner (PSB).

A Alesp afirmou que se soli-

dariza com as deputadas estaduais. "Nenhuma agressão pode ser tolerada. Por determinação da presidência, as Polícias Civil e Militar foram acionadas e investigam o caso", disse o presidente da Casa, deputado André do Prado (PL).

A União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) repudiou as ameaças de morte e estupro enviadas por e-mail às deputadas. "A Unale se solidarizará com as deputadas da Alesp e com todas as mulheres que enfrentam violência política de gênero. Colocamos-nos à disposição para colaborar com as investigações e para apoiar iniciativas que visem combater e prevenir esse tipo de violência,

promovendo um ambiente político mais seguro e inclusivo para todas e todos."

SUSPEITO

O caso foi registrado como ameaça, injúria racial e falsa identidade pela assessoria da Polícia Civil junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado informou que a ocorrência já está sendo investigada.

"Nesta segunda-feira, foram realizadas diligências que resultaram na apreensão de um computador e um telefone celular na residência de um homem de 28 anos, que é investigado", disse a Secretaria.

COMÉRCIO

Fecomercio estima 5% de aumento em vendas para Dia dos Namorados

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

As vendas para o Dia dos Namorados no estado de São Paulo deverão aumentar 4,8%, segundo estimativa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

O crescimento nas vendas deverá ocorrer principalmente nos segmentos mais sensíveis à

data, como lojas de roupas e acessórios, farmácias, perfumarias e lojas de eletroeletrônicos.

De acordo com a FecomercioSP, o aumento nas vendas representará, no entanto, uma desaceleração em relação ao Dia das Mães, quando os segmentos mais sensíveis à data subiram suas receitas em 7,4%.

"(A desaceleração) acontecerá por uma série de fatores eco-

nômicos, como a inflação no setor de serviços, que têm corrió da parte da renda das famílias destinada ao consumo, e os juros altos, que afetam o crédito a médio e longo prazos", destacou a FecomercioSP em nota.

Com base nos níveis de endividamento da população, a entidade explicou que o crescimento nas vendas chegará ao limite na capacidade das pessoas de par-

celar as compras, "uma vez que os segmentos mais procurados para a ocasião apresentam tíquetes médios relativamente altos".

Para a FecomercioSP, o segmento mais beneficiado pela alta das vendas para o Dia dos Namorados será o de vestuário, acessórios e calçados, que deverá crescer 9,3%. Na sequência, farmácias e perfumarias deverão ter expansão de 8% nas vendas.

AUTÓDROMO

Corpo de homem desaparecido após ir a evento em Interlagos é encontrado

RENATA OKUMURA/AE

O Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) investiga a morte de um homem de 35 anos, que estava desaparecido. O corpo de Adalberto Amarillo dos Santos Junior foi encontrado em uma área em obras nas proximidades do Autódromo de Interlagos na ma-

nhã de ontem.

Ele foi visto pela última vez na noite de sexta-feira passada, quando esteve em um evento para motos na região.

"Investigadores analisam imagens de câmeras de segurança e ouve testemunhas e familiares para esclarecer todas as circunstâncias do caso", afirma a Secretaria da Segu-

rança Pública do Estado de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo confirmou que na manhã desta terça-feira um corpo foi encontrado por um funcionário que atuava em uma obra em área sinalizada e totalmente isolada por tapumes e barreiras de concreto no Autódromo de Interlagos.

"A Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros foram acionados. As investigações estão em anda-

mento pela Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP. A gestão municipal está à disposição das autoridades para auxiliar no andamento do caso", disse.

Entre os dias 29 de maio e 1º de junho, o Autódromo de Interlagos recebeu o Festival Interlagos 2025: Edição Moto. Procurada, a organização não foi localizada. O espaço permanece aberto para manifestação.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech Ltda.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de Waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme descrito na Cláusula 7.3. do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento não pecuniário de não entregar as demonstrações financeiras do período do exercício social de 30 de setembro de 2024, conforme disposto na Cláusula 8.2. item "ii" da Cédula de Títulos Rural com Liquidação Financeira ("CRF-F"); (II) Caso aprovado o item "ii" acima, aprovar o prazo adicional de 10 (dez) dias a contar da data da formalização desta Ata, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Ressalta-se que o cálculo do Índice Financeiro (conforme definido na CRF-F), apurado pela Devedora, somente será verificado e validado pela Securitizadora após o recebimento e análise das referidas demonstrações financeiras auditadas; (III) Aprovar a concessão de Waiver prévio em caso de eventual descumprimento da não realização do cálculo do Índice Financeiro (convenções) supracitado, conforme disposto na Cláusula 8.2. itens "ii", "xiii" e "xxv" da CRF-F; (IV) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização dos CRA 1ª Série e o Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização dos CRA 2ª Série constantes no Anexo II do Termo de Securitização e da CRF-F; (v) Aprovar a concessão de Waiver prévio em caso de constar na Ata ("Novo Cronograma de Pagamentos"); (vi) Aprovar a passagem de Waiver definitivo ao desengajamento da garantia do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de CDAWA e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária CDAWA"), e consequentemente a sua recomposição, por meio de constituição de novos CDAWA, de forma que atinja um índice mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), no prazo de até 30 de junho de 2025; (vii) Aprovar a alteração da cláusula 7.1. do Contrato de Cessão Fiduciária CDAWA, e a cláusula 4.1 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária de Recebíveis") que passará a vigorar na forma descrita abaixo: 7.1. "Fiduciante deverá assegurar que, enquanto todas as Obrigações Garantidas não forem integralmente satisfeitas, em cada Data de Verificação (conforme abaixo definido), o Valor de Mercado do Produto de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) equivalha a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) do Valor de Referência (conforme abaixo definido), devendo haver, contudo, em cada Data de Verificação, pelo menos, 100% (cem por cento) do Valor de Referência em Valor de Mercado do Produto do CDAWA (em conjunto, "Índice de Cobertura da Garantia"). 7.1. "A.1. A Fiduciante deverá assegurar que, conforme relatório enviado pelo Consultor Técnico, enquanto todas as Obrigações Garantidas não forem integralmente satisfeitas, em cada Data de Verificação (conforme abaixo definido), o Valor dos Recebíveis (conforme abaixo definido) somado ao Valor de Mercado do Produto do CDAWA (conforme definido no Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) equivalha ao montante igual ou superior a 140% (cento e quarenta por cento) do Valor de Referência (conforme abaixo definido), devendo haver, contudo, em cada Data de Verificação, pelo menos, 100% (cem por cento) do Valor de Referência em Valor de Mercado do Produto do CDAWA (em conjunto, "Índice de Cobertura da Garantia"). 7.1. (viii) Caso ocorra Evento de Vencimento Antecipado Não Automático em decorrência da venda de participação na companhia (Equity), previstos na cláusula 8.2. item "xi" da CRF-F, a Devedora se obriga a realizar amortização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor; (viii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação Instruções Gerais; A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo de Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix) da "Cédula de Crédito Bancário n.º 10350008-1" ("CCB"), em decorrência dos descumprimentos das obrigações não pecuniárias de envio, pela Devedora à Securitizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas e cópia da declaração do imposto de renda de pessoa física com relação aos Avalistas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findou em 31 de março de 2025 como previsto na Cláusula 10.1, subitem (i) alínea "a e b" da CCB, bem como na Cláusula 4.1 subitem (xii) do "Instrumento Particular De Contrato De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças" ("Cessão de Créditos"). II. Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio, pela Devedora à Securitizadora, das declarações semestrais junto ao Relatório Semestral, cujo prazo findou em 31/01/2025, conforme Cláusula 10.1, subitem (xiii) da CCB. III. Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio anual ao Agente Fiduciário, em até 120 dias contados do encerramento do exercício social, cópia das demonstrações financeiras e balanço social referente ao período encerrado, conforme previsto na Cláusula 4.1 subitem (xvii) do "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Participações Em Garantia E Outras Avenças". IV. Caso aprovado os itens (i) a (iii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias contados da celebração da data desta assembleia, prorrogável por igual período se necessário, para que a Devedora apresente as obrigações requeridas; V. Aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; VI. Aprovar a alteração da definição de "Instituições Financeiras Permitidas", disposta na Cláusula 1. de Definições do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme redação abaixo: "Instituições Financeiras Permitidas": As instituições financeiras nas quais os Investimentos Permitidos devem ser mantidos. São elas: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, XP Investimentos S.A., e banco BTG PACTUAL S.A. VII. Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário pela Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.794/0001-13, em razão da descontinuação dos serviços de agente fiduciário prestados pela H. Comcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, conforme proposta que seguirá em forma de anexo na Ata. VIII. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@comcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Vitoria Tower (25)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 98ª EMISSÃO, EM 3ª SÉRIE, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 3 (três) Séries da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª séries da 98ª emissão da Canal Companhia De Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela *MS ITAUBA EMPREENDIMENTOS LTDA.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar uma Hipótese de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (vi), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1, alínea (j), do Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Não Conversíveis Em Participação Societária, Com Garantias Real e Fidejussória, Entidas Em Série Única, Para Colocação Privada, da *Ms Itaubá Empreendimentos Ltda* ("Termo de Emissão"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as declarações de imposto de renda dos Fidejussores PF (conforme definido nos Documentos da Operação) do exercício social encerrado, conforme previsto na Cláusula 10.1, alínea (d), do Termo de Emissão; (II) Caso aprovado o item (I) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 dias, contados da celebração da Assembleia para regularização do referido descumprimento; (III) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar uma Hipótese de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (vi), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1, alínea (j), do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária registrada no Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Imóvel Em Garantia E Outras Avenças ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel") perante o Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha - Santa Catarina ("Cartório Competente"), conforme previsto na Cláusula 1.8 do Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel; (IV) Caso aprovado o item (III) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 90 dias, contados da celebração da Assembleia para regularização do referido descumprimento; (V) Ratificar a constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido nos Documentos da Operação), por meio da celebração de instrumento particular e/ou de escritura pública, de forma que todas as referências à escritura pública relacionadas a tal garantia nos Documentos da Operação serão ajustadas nesse sentido, sendo certo que, caso a Alienação Fiduciária de Imóveis seja celebrada por meio de instrumento particular, a Devedora (conforme definido nos Documentos da Operação) continuará obrigada a registrar o referido documento no Cartório Competente; e (VI) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI (Itajubá) (98)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CRIME SEM CASTIGO

Após fuga, PGR pede ao STF a prisão de Carla Zambelli

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

A solicitação foi enviada ao ministro Alexandre de Moraes após a parlamentar informar na manhã de ontem que fugiu do Brasil. Em entrevista a um canal no YouTube, Zambelli disse que saiu do país para fazer um tratamento de saúde e que vai pedir licença do mandato. Ela disse que deve permanecer na Europa, mas não informou o local exato.

No STF, Carla Zambelli foi condenada a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023. A deputada também terá que pagar R\$ 2 milhões em danos coletivos. O processo está em fa-

se de recurso.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandato falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confirmou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

ELEIÇÕES

Carla Zambelli responde a outro processo criminal no STF. Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022.

A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em

São Paulo.

Até o momento, o Supremo registrou placar de 6 votos a 0 para condenar a parlamentar a cinco anos e três meses de prisão em regime semiaberto. No entanto, um pedido de vista do ministro Nunes Marques adiou a conclusão do julgamento.

LÍDER DO PT

Mais cedo, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou uma representação na PGR. O líder do PT na Câmara dos Deputados quer que o principal órgão de cúpula do Ministério Público Federal (MPF) adote as providências necessárias para que o Poder Judiciário determine a prisão da deputada federal Carla Zambelli.

"Protocolei representação à PGR com pedido de decretação de prisão preventiva da deputada federal", informou Farias, em suas redes sociais. Na mesma

publicação, o petista afirma ter requisitado que, além de pedir ao STF a prisão preventiva de Zambelli, a PGR solicite a inclusão do nome da parlamentar no alerta global da Interpol.

Farias também pediu que a PGR inicie os procedimentos de extradição de Zambelli; o bloqueio de valores pertencentes à deputada e que oficie o Ministério das Relações Exteriores para que revogue o passaporte diplomático dela.

DEFESA

Após Zambelli informar que saiu do Brasil, o advogado Daniel Bialski deixou a defesa da deputada.

"Eu fui apenas comunicado pela deputada que estaria fora do Brasil para dar continuidade a um tratamento de saúde. Todavia, por motivo de foro íntimo, estou deixando a defesa da deputada", disse o advogado.

Moraes pede que Mourão seja ouvido pela PF em 15 dias



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem, em Brasília, que o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) seja ouvido pela Polícia Federal no prazo de 15 dias.

A determinação atende pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e foi feita para apurar se o parlamentar foi influenciado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro antes do depoimento prestado no dia 23 de maio na ação penal da trama golpista.

Na semana passada, o portal Metrôpolises informou que Bolsonaro deu um telefonema para Mourão antes do depoimento ao Supremo. Segundo a publicação, o ex-presidente teria pedido que Mourão reforçasse que ele não teve participação nos fatos.

Mourão prestou depoimento como uma das testemunhas de defesa de Bolsonaro e dos generais Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, réus do núcleo 1 da trama golpista.

Durante o depoimento, o senador disse que nunca participou de reuniões com Bolsonaro para tratar da decretação de medidas de exceção no país.

Mourão também negou que tenha presenciado ou tomado conhecimento de reuniões com teor golpista no fim do governo anterior.

INTERROGATÓRIOS

Na última segunda-feira, Alexandre de Moraes marcou para 9 de junho os depoimentos de Jair Bolsonaro e mais sete réus na ação da trama golpista. Os interrogatórios serão feitos presencialmente na sala de julgamentos da Primeira Turma do STF.

O primeiro a depor será o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator nas investigações. Em seguida, Bolsonaro e os demais vão depor por ordem alfabética.

A expectativa é de que o julgamento que vai decidir pela condenação ou absolvição do ex-presidente e dos demais réus ocorra no segundo semestre deste ano. Em caso de condenação, as penas passarão de 30 anos de prisão.

Os réus respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Carla Zambelli diz ser 'intocável' na Itália onde tem cidadania

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) afirmou ser "intocável" na Itália, após anunciar ontem, que deixou o Brasil para morar na Europa. Em maio, a parlamentar foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a dez anos de prisão, além da perda do cargo na Câmara dos Deputados, pela invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Zambelli afirmou que está nos EUA atualmente para realizar tratamentos médicos, mas seguirá rumo à nação europeia ainda nesta semana. Ela planeja morar inicialmente em Roma e, depois, no interior do país.

"Eles vão tentar me prender na Itália, mas eu não temo, por que sou cidadã italiana e lá eu sou intocável, a não ser que a justiça italiana me prenda", disse, entrevista à *CNN Brasil*.

"Se eu tenho passaporte italiano, eles podem colocar a Interpol atrás de mim, mas não me tiram da Itália." "Não há o que possamos fazer para me extraditar de um país que eu sou cidadã", disse.

Após deixar o País, Carla Zambelli transferiu o seu perfil no X para sua mãe, Rita Zambelli. Com a conta da filha, ela também afirmou que a deputada não poderá ser extraditada, ao responder a um comentário de

um internauta. "Na Itália minha filha é intocável", publicou.

Carla Zambelli foi condenada pelo Supremo a dez anos de prisão e perda do mandato. A condenação foi unânime pelo ataque hacker ao sistema do CNJ, coordenado pela deputada e executado pelo hacker Walter Delgatti Neto, segundo as investigações.

A invasão ao CNJ resultou em um pedido de prisão falso para o ministro Alexandre de Moraes, emitido no nome no próprio magistrado.

No curso normal do processo, a deputada pode apresentar embargos e adiar o andamento do caso, mesmo que sem a pos-

sibilidade de reverter a condenação. E cabe aos deputados aprovar ou não a cassação de seu mandato.

Segundo Zambelli, seu retorno ao País não está descartado, no entanto, ela voltará "quando o Brasil voltar a ser uma democracia". A intenção da deputada é atuar de forma parecida com a do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que vem se empenhando para tentar influenciar o governo Trump a impor sanções contra autoridades brasileiras. "Quero ombrear com o Eduardo nessa luta. Ele tem feito um trabalho maravilhoso", afirmou.

LAVA JATO

CNJ condena juiz Marcelo Bretas a aposentadoria compulsória

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem condenar o juiz federal Marcelo Bretas a pena de aposentadoria compulsória. O magistrado foi responsável pelas investigações da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

Bretas foi alvo de processos administrativos no CNJ que questionaram a conduta dele no comando dos processos oriundos da operação. Ele está afastado

do cargo desde fevereiro de 2023.

O magistrado foi condenado administrativamente por ter participado da negociação de acordos de delação premiada, medida que cabe ao Ministério Público. Além disso, Bretas foi acusado de ceder informações sigilosas dos processos a um advogado e por tentar beneficiar o ex-governador Wilson Witzel durante as eleições de 2018.

Em um dos processos julgados, Bretas foi acusado de prejudicar o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD-RJ) na campanha para o governo estadual em 2018. Na ocasião, o magistrado antecipou para o período eleitoral o depoimento de um ex-secretário municipal que acusava Paes de participar de um suposto esquema de propina e teria feito perguntas com teor de pré-julgamento.

Durante o julgamento, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse que a punição de Bretas não é um desestímulo aos juízes que enfrentam a corrupção.

"Todo o contexto faz parecer que havia um esquema extrajudicial armado em torno de produzir um determinado resultado de prejudicar pessoas e políticos", disse Barroso.

RIO GRANDE DO SUL

Dinossauros: um dos mais antigos répteis gigantes do Brasil é achado

ROBERTA JANSEN/AE

Uma nova espécie de dinossauro descoberta no Brasil e datada de 237 milhões de anos pode ser uma das mais antigas já identificadas. A nova espécie, chamada de *Itagyra occulta*, foi descrita por paleontólogos brasileiros e argentinos a partir de fósseis coletados em Santa Cruz do Sul (RS) e armazenados por décadas na coleção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A pesquisa foi publicada no periódico científico *Scientific Reports* (do grupo Nature) e re-

vela que o fóssil de 237 milhões de anos é um dos mais antigos já encontrados da linhagem dos ornitíscios - a ordem dos dinossauros herbívoros - podendo, até mesmo, ser o primeiro deles. O achado sugere uma presença contínua dos sillessauros no território sul-americano ao longo do triássico, preenchendo um intervalo pouco documentado de 240 milhões a 233 milhões de anos atrás.

"A descoberta preenche um hiato temporal crítico e sustenta a ideia de que os sillessauros podem ser os primeiros representantes da ordem dos ornití-

quios", afirmou o paleontólogo Voltaire Paes Netto, pesquisador do Museu Nacional e principal autor do novo estudo.

"Toda a diversidade de dinossauros que conhecemos se divide em duas grandes linhagens: os sauríscios e os ornitíscios, grupos reconhecidos há mais de um século e meio pela ciência", explicou o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, coautor do estudo. "Contudo, a origem dessas linhagens ainda é um enigma."

Tradicionalmente, sillessauros eram considerados parentes próximos dos dinossauros. No entanto, recentes estudos filoge-

néticos os reposicionaram como dinossauros ornitíscios primitivos. O grupo inclui animais de pequeno porte, geralmente quadrúpedes e onívoros ou herbívoros, que viveram no final do triássico e deixaram rastros fósseis em diversas regiões da antiga Pangeia.

"A presença contínua de sillessauros no Brasil reforça o papel do Sul do País como um território-chave para entender a origem e a diversificação dos dinossauros", destacou o paleontólogo Flávio Pretto, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coautor do estudo.

CÂMARA

Deputado quer mudar regra para que Eduardo reassuma mandato

JULIANO GALISI/AE

O deputado federal Evair Vieira de Melo (PP-ES) propôs uma mudança no Regimento Interno da Câmara para permitir o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) reassumir seu mandato na Casa sem estar no Brasil.

A proposta protocolada por Evair ontem, autoriza, mediante autorização da Mesa, "o exercício remoto do mandato parlamentar a partir do exterior".

Em 20 de março, Eduardo Bolsonaro licenciou-se do mandato por 122 dias, sem direito à remuneração no período, e anunciou que viajaria aos Estados Unidos. Ao fim do período de licença, previsto para 20 de julho, Eduardo deverá se reapresentar ao mandato. O "exercício remoto" do cargo, como proposto por Melo, não é permitido pelo Regimento da Câmara.

Ao Estadão, Evair de Melo afirmou que o projeto permite a regulamentação de um "fato novo", surgido com a pandemia de Covid-19. "O mandato remoto só surge da pandemia

para cá. É um fato novo, tecnicamente", disse o deputado federal.

A mudança no Regimento foi proposta em um projeto de resolução. O deputado também encaminhou ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), um ofício para permitir que Eduardo Bolsonaro reassuma seu mandato sem estar no País.

Se aprovada, a alteração no Regimento também poderia beneficiar Carla Zambelli (PL-SP), que anunciou ontem ter deixado o País. Aliados da deputada federal ouvidos pela *Coluna do Estadão* avaliam que Zambelli não retornará mais ao Brasil.

TRAMITAÇÃO

Após a publicação, o projeto estará aberto a emendas de outros parlamentares pelo prazo de cinco sessões. Depois, o texto original e as emendas serão enviados à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e à Mesa da Câmara.

Se for aprovado na CCJ, a mudança no Regimento seguirá para votação do plenário.



2025

Estado bate recorde histórico com mais de 36 mil empresas abertas

O mês de maio de 2025 marcou mais um recorde histórico para o ambiente de negócios do Estado do Rio de Janeiro. Segundo dados da Junta Comercial (Jucerja), foram abertas 6.943 empresas, o maior número já registrado em um mês de maio nos 216 anos da autarquia. Com o resultado, o total de novos negócios constituídos chegou a 36.411, o melhor desempenho da história para os cinco primeiros meses do ano. O número representa um crescimento de 20% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram computadas 30.246 aberturas de empresas, e de 18,5% em relação ao recorde anterior do período, registrado em 2022, com 30.710 novos negócios.

"A abertura de empresas no nosso estado é um dos pilares do desenvolvimento socioeconômico que estamos promovendo. Cada novo negócio representa mais emprego, geração de renda e dinamismo para a economia. Quando estimulamos o empreendedorismo, fortalecemos a arrecadação, incentivamos a inovação e ampliamos a competitividade do Rio de Janeiro. É assim que construímos um estado mais próspero, com mais oportunidades para todos e menos desigualdade entre as regiões", ressaltou o governador Cláudio Castro.

Maio também apresentou um significativo aumento em

relação ao ano passado. O número registrado em 2025 é 16,6% maior do que o computado em 2024, quando foram abertas 5.953 empresas. Entre as atividades estão serviços de escritório; consultórios de psicologia e psicanálise; consultórios médicos ambulatoriais; comércio de vestuário e acessórios; e restaurantes.

O presidente da Junta Comercial, Sergio Romay, destacou a importância do trabalho da Jucerja na modernização dos serviços públicos e no estímulo ao empreendedorismo no estado:

"A marca alcançada neste mês é motivo de orgulho e celebração. Isso demonstra não só a força do empreendedor fluminense, como também o resultado direto de uma gestão comprometida com desburocratização, simplificação e modernização dos processos, além de uma maior proximidade com os municípios. O Estado do Rio de Janeiro está cada vez mais preparado para acolher novos negócios e fomentar o desenvolvimento econômico e social", afirmou Romay.

A Jucerja também registrou recordes de aberturas de negócios nos meses de janeiro (7.164), fevereiro (8.385) e março (7.089). Entre os municípios que mais abriram empresas estão Rio de Janeiro, com 18.339; Niterói, com 2.677; Duque de Caxias, com 1.338; São Gonçalo, com 1.162; e Nova Iguaçu, com 1.048.

BANGU 3

Tumulto na saída de MC Poze do presídio

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O funkeiro Marlon Brendon Coelho Couto Silva, mais conhecido como MC Poze do Rodo, deixou o presídio Bangu 3, no Complexo Penitenciário de Gericinó no Rio de Janeiro, no começo da tarde desta terça-feira, de acordo com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap).

Milhares de pessoas vindas de vários bairros cariocas se aglomeraram no acesso ao complexo, entre eles, artistas amigos do cantor. A Polícia Militar usou gás de pimenta para dispersar o tumulto.

A estrada Guandu do Sena, acesso ao complexo penitenciário, ficou com o tráfego congestionado, devido ao número de fãs que foram aguardar a liberação do artista.

PRISÃO

MC Poze do Rodo foi preso na última quinta-feira por apo-

logia ao crime e envolvimento com o tráfico de drogas, em uma operação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes. Ele foi algemado com as mãos para trás, sem camisa e levado descalço para a delegacia.

Em nota, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que o alvará de soltura do MC Poze do Rodo foi recebido por e-mail na unidade prisional às 14h16 de ontem. Imediatamente após o recebimento do documento, foram iniciados os procedimentos legais para a liberação do custodiado, conforme determina a legislação vigente. O MC foi liberado às 14h50.

O alvará de soltura foi determinado na segunda-feira passada pelo desembargador Peterson Barroso Simão, da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Na decisão, o magistrado criticou a forma de atuação da Polícia Civil no caso.

2024

TCE: Contas de Castro tem parecer favorável

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) emitiu, na segunda-feira passada, parecer favorável à aprovação das contas de 2024 da gestão Cláudio Castro. Tanto os conselheiros quanto o corpo consultivo do TCE-RJ não apontaram irregularidades no relatório apresentado, o que não acontecia desde 2015. O voto do conselheiro relator do processo, Márcio Pacheco, foi acompanhado por unanimidade por seus companheiros de Tribunal.

Esse é o quarto ano consecutivo que a corte de contas julga favoravelmente os gastos do Governo do Estado, que fechou o 2024 investindo em Saúde e Edu-

cação mais do que os limites previstos na Constituição. Os repasses para a primeira área foram de 15,21% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), acima do mínimo de 12%. Já na Educação, que tem o piso estabelecido de 25%, foram aplicados 26,93%. A receita líquida no ano passado registrou um aumento nominal (considerando a inflação do período) de 2,7% em relação a 2023. Esse crescimento, somado às medidas de gestão das contas públicas, contribuiu para reduzir em 72% o déficit do Estado em 2024, de R\$ 8,5 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) - para R\$ 2,4 bilhões no encerramento do ano.

GENOCÍDIO

Israel atira contra palestinos à espera de ajuda humanitária

Forças de Israel abriram fogo ontem, contra pessoas que se dirigiam a um local de distribuição de ajuda humanitária na Faixa de Gaza. Segundo autoridades de saúde ligadas ao grupo terrorista Hamas e testemunhas do episódio, ao menos 27 pessoas morreram e mais de 180 ficaram feridas.

O Exército disse que atirou "perto de alguns suspeitos individuais" que saíram da rota designada, se aproximaram de suas forças e ignoraram os tiros de advertência.

Em um comunicado, o porta-voz do Exército israelense Effie Defrin disse que o número de vítimas publicado pelo Hamas era exagerado. Ainda de acordo com o porta-voz, os palestinos não tiveram o acesso ao local negado e o incidente estava sendo investigado.

AUMENTO DA VIOLÊNCIA

A retomada da entrega de ajuda humanitária em Gaza tem se tornado violenta nos últimos dias. No fim de semana, 44 pessoas morreram, segundo autoridades palestinas.

Após três meses proibindo a entrega de mantimentos no território palestino, Israel permitiu a retomada com o auxílio de uma fundação apoiada pelos Estados Unidos, chamada Fundação Humanitária de Gaza.

Nesse novo esquema, que prescindiu da participação da ONU e outras entidades, foram estabelecidos pontos de distribuição de ajuda dentro de zonas militares israelenses. Antes, a distribuição era coordenada pela ONU de maneira independente.

As Nações Unidas rejeitaram o novo sistema, dizendo que ele não resolve a crescente crise de fome em Gaza e permite que Israel use a ajuda como arma contra civis palestinos.

Sobre os disparos desta manhã, a Fundação Humanitária de Gaza afirma que não houve violência dentro ou ao redor deles. Na terça-feira, ela disse que o Exército israelense estava investigando se civis foram feridos depois de se deslocarem para além do corredor seguro designado e entrarem em uma zona militar fechada.

Os cerca de 2 milhões de habitantes de Gaza dependem quase totalmente da ajuda internacional, depois de a ofensiva de Israel destruiu quase toda a capacidade de produção de alimentos de Gaza. A ajuda limitada começou a entrar novamente no final do mês passado, após pressão de aliados e alertas sobre o risco de uma epidemia de fome no território.

Yasser Abu Lubda, um deslocado de 50 anos de Rafah, disse que o tiroteio começou por volta

das 4h da manhã de terça-feira e que viu várias pessoas mortas ou feridas.

Neima al-Aaraj, uma mulher de Khan Younis, disse que o fogo israelense foi indiscriminado. Ela acrescentou que, quando conseguiu chegar ao local de distribuição, não havia mais ajuda. "Não voltarei", disse ela. "De qualquer forma, vamos morrer."

Rasha al-Nahal, outra testemunha, disse que quando chegou ao local de distribuição recolheu macarrão do chão e resgatou arroz de um saco que havia sido jogado no chão e pisoteado.

Hisham Mhanna, porta-voz do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, confirmou o número de vítimas, dizendo que seu hospital de campanha em Rafah recebeu 184 feridos, 19 dos quais foram declarados mortos ao chegar, com outros oito morrendo posteriormente devido aos ferimentos.

Os mortos foram transferidos para o Hospital Nasser, na cidade de Khan Younis. Três crianças e duas mulheres estavam entre os mortos, de acordo com Mohammed Saqr, chefe de enfermagem do hospital. O diretor do hospital, Atef al-Hout, disse que a maioria dos pacientes tinha ferimentos a bala.

Jeremy Laurence, porta-voz do escritório de direitos huma-

nos da ONU, disse aos repórteres que também havia informações indicando que 27 pessoas foram mortas.

"Os palestinos foram apresentados à escolha mais sombria: morrer de fome ou correr o risco de ser morto ao tentar acessar os escassos alimentos que estão sendo disponibilizados por meio do mecanismo militarizado de assistência humanitária de Israel", disse Volker Türk, alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, em um comunicado.

AJUDA HUMANITÁRIA

A Fundação Humanitária de Gaza disse que distribuiu 21 caminhões de alimentos no local de Rafah na terça-feira, enquanto seus outros dois locais operacionais foram fechados.

Durante um cessar-fogo no início deste ano, cerca de 600 caminhões de ajuda humanitária entravam em Gaza diariamente.

Israel afirma que o novo sistema de distribuição de ajuda humanitária foi concebido para impedir que o Hamas roube a ajuda. A ONU afirma que a sua própria capacidade de entregar ajuda humanitária em Gaza tem sido prejudicada pelas restrições israelenses e pelos saques generalizados, mas que não há provas de desvio sistemático da ajuda por parte do Hamas.

GOVERNO TRUMP

Musk chama pacote de impostos e gastos de 'abominação repugnante'

Elon Musk chamou o "grande e belo" projeto de cortes de impostos e gastos apresentado pelo presidente Donald Trump de "abominação repugnante". O ex-czar de cortes de custos da Casa Branca passou a intensificar suas críticas justamente no momento em que o Senado está tentando aprovar rapidamente a medida e assiná-la como lei até 4 de julho.

"Que vergonha para aqueles

que votaram a favor: vocês sabem que fizeram errado. Vocês sabem disso", disse Musk, em comentários em sua plataforma de mídia social X. O dono da Tesla, que deixou a administração na semana passada, chamou o pacote de "projeto de lei de gastos massivos do Congresso, ultrajante e cheio de porcos".

No mês passado, ele deu um novo gás aos críticos da agenda

de vários trilhões de dólares dos republicanos, dizendo que a medida atual não conseguiu reduzir o déficit federal.

Ao todo, espera-se que o projeto de lei aumente os déficits orçamentários em US\$ 2,7 trilhões até 2034, em comparação com a ausência de medidas, embora uma estimativa oficial final não esteja disponível. Os principais defensores da medida argumentam que os cortes de impos-

tos estimularão o aumento do crescimento econômico para fechar o déficit fiscal.

Trump "já sabia qual é a posição de Elon Musk em relação a esse projeto de lei", disse a secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, aos repórteres nesta terça-feira, quando perguntada sobre a publicação de Musk nas mídias sociais. "Isso não muda a opinião do presidente".

MÉXICO

Partido governista se encaminha para controle da recém-eleita Suprema Corte

O partido governista Morena, do México, parece estar se encaminhando para o controle da Suprema Corte, de acordo com as contagens preliminares de votos da primeira eleição judicial do país.

Enquanto os votos ainda estavam sendo contados on-

tem, para a maioria dos 2.600 cargos de juiz federal, estadual e municipal em disputa nas eleições de domingo passado, os resultados chegaram para os nove cargos da Suprema Corte.

A maioria dos juízes recém-eleitos compartilha fortes vín-

culos e alinhamentos ideológicos com o partido governista, transferindo uma alta corte, antes bastante equilibrada, para as mãos do mesmo partido que reformulou o sistema para eleger juízes pela primeira vez.

Especialistas alertaram que a

mudança prejudicaria os equilíbrios na nação latino-americana: o partido do governo estaria agora próximo de controlar todos os três poderes, e a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, e seu partido teriam um caminho mais fácil para avançar sua agenda.

TURQUIA

Terremoto mata uma pessoa e deixa dezenas de feridos

Um terremoto de magnitude 5,8 sacudiu uma cidade costeira na Turquia ontem, causando pânico entre os moradores, informaram autoridades. Dezenas de pessoas ficaram feridas após pularem de janelas ou varandas para sair de suas casas, enquanto uma adolescente morreu após ser levada ao hospital.

A Presidência de Gerenciamento de Desastres e Emergências informou que o terremoto

ocorreu às 2h17, horário local, e teve seu epicentro no mar Mediterrâneo, próximo a um resort turístico da cidade de Marmaris. O tremor foi sentido em regiões vizinhas, incluindo na ilha grega de Rhodes, acordando muitas pessoas.

O ministro do Interior da Turquia, Ali Yerlikaya, disse no X que uma menina de 14 anos foi levada ao hospital e morreu após o que ele descreveu como um "ataque de ansiedade". Não

se sabe se ela tinha alguma condição de saúde pré-existente.

Cerca de 70 pessoas foram atendidas por ferimentos após pularem de janelas ou varandas em pânico, acrescentou. Não houve relatos de danos em edifícios.

Em Rhodes, turistas e moradores passaram horas do lado de fora de hotéis e casas após sentirem o tremor, mas autoridades da ilha disseram que os danos foram mínimos.

Isso provavelmente se deve ao fato de que o terremoto ocorreu a uma profundidade de 60 quilômetros, segundo Efthymios Lekkas, chefe da Organização de Planejamento e Proteção contra Terremotos da Grécia.

"Embora tenha sido sentido em uma área ampla... não terá impacto significativo na superfície", disse Lekkas à televisão estatal.

A Turquia está situada sobre importantes falhas geológicas e terremotos são frequentes. Em 2023, um terremoto de magnitude 7,8 matou mais de 53 mil pessoas na Turquia e destruiu ou danificou centenas de milhares de edifícios em 11 províncias do sul e sudeste do país. Outras 6 mil pessoas morreram no norte da vizinha Síria.